

Componente:**Programas Regionais de Recursos Hídricos****Programa:****Programa XI: Conservação das Águas no Pantanal, em especial suas áreas úmidas****Introdução**

A Região Hidrográfica do Paraguai detém especial interesse e posição de destaque por sua característica peculiar de abrigar uma das maiores extensões úmidas contínuas do planeta: o Pantanal Matogrossense, que foi declarado como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988. Em face do seu especial interesse, em 9 de novembro de 2000 a UNESCO aprovou pela Comissão Internacional do Programa O Homem e a Biosfera como Reserva da Biosfera e como Patrimônio Natural da Humanidade, tornando-se a terceira maior reserva do mundo no gênero.

A responsabilidade de promover a gestão da região sob o prisma do relevante interesse que a região representa aumenta significativamente para os governos na implementação de políticas públicas e da sociedade regional. A região denominada Pantanal ou planície pantaneira, que compreende as áreas abaixo de 200 metros de altitude, assumida como pauta de um dos Programas do PNRH, depende sobremaneira das interações com a região do Planalto, localizadas no entorno do Pantanal com altitudes acima de 200m compreendendo as nascentes e os divisores da Região Hidrográfica do Paraguai com outras regiões hidrográficas brasileiras (Paraná, Tocantins-Araguaia e Amazônica). A dependência e as inter-relações entre planície (pantanal) e planalto são preponderantes. Os desafios para promover a gestão regional sobre as águas pressupõem o entendimento destas relações entre as funções que ocorrem na planície e no planalto abrangendo toda a Região Hidrográfica do Paraguai.

O rio Paraguai nasce no território brasileiro e possui uma área de drenagem de 1.095.000 km². A sua bacia é compartilhada pelo Brasil, Argentina, Bolívia e Paraguai. Seu rio principal, o Paraguai, percorre uma distância de 2.612km até a confluência com o rio Paraná. As áreas de nascentes, conhecidas como Alto Paraguai, possuem uma área de 600.000km², englobando os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, incluindo-se aí o Pantanal, uma das maiores áreas úmidas do mundo, com 147.574km², sendo um elo entre o Cerrado do Brasil e o Chaco da Bolívia e do Paraguai.

Dessa maneira, a Região Hidrográfica do Paraguai em sua totalidade transcende as fronteiras nacionais, uma vez que parcela significativa da planície pantaneira e de ecossistemas associados. Diante disso, os desafios regionais avolumam-se na medida em que a gestão regional necessita de articulação e mecanismos de relações exteriores para a gestão da região hidrográfica em sua totalidade.

Os processos que ocorrem na Região Hidrográfica do Paraguai diferenciam-se em grande parte dos realizados nas demais regiões hidrográficas brasileiras, pois os serviços ambientais prestados na bacia hidrográfica pelos ecossistemas aquáticos produzem efeitos integrados ao conjunto de manutenção dos ecossistemas de importância vital à comunidade regional, interestadual e internacional.

A análise não deve ser realizada somente pelo prisma dos usos, das disponibilidades e demandas de recursos hídricos, pois as relações das sub-bacias hidrográficas e dos respectivos cursos d'água possuem uma relação direta com a planície pantaneira.

A manutenção do funcionamento ecológico do Pantanal está baseada na manutenção dos pulsos de inundação dos rios que o compõem, com interdependência entre as fases de

cheia e seca: ora contribuindo para a produtividade do sistema terrestre (qualidade e diversidade das pastagens, por exemplo), ora para a produtividade do sistema aquático (quantidade e diversidade de peixes, por exemplo), assim como para a qualidade de suas águas e para a expressiva biodiversidade que tanto encanta os turistas, além das belas paisagens, da cultura e da história da região pantaneira.

A água, nesse contexto, é um elemento de ligação e de relação diretas para a existência do Pantanal e, portanto, vital para sobrevivência dos ecossistemas terrestres e aquáticos regionais e sua diversidade. Os recursos hídricos, seu uso e aproveitamento merecem um tratamento especial no modelo de implementar a gestão, de maneira integrada e indissociável com os demais recursos naturais, em especial a conservação do solo e da biodiversidade. Todos os estudos realizados na região, da envergadura do Estudo de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai - EDIBAP em 1979, Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai - PCBAP em 1997 e Projeto GEF Pantanal - Implementação de Práticas de Gerenciamento Integrado de Bacia Hidrográfica para o Pantanal e Bacia do Alto Paraguai -, entre 1999 e 2004, apontam para a mesma direção: a da necessidade de mecanismos especiais de gestão em face de fragilidades dos ecossistemas, que possam viabilizar a produção com conservação.

O GEF Pantanal, em especial, consolidado ao final de 2004, culminou com a elaboração de um Programa de Ações Estratégicas – PAE, resultado de 44 estudos e projetos demonstrativos, de um Diagnóstico Analítico do Pantanal e Bacia do Alto Paraguai – DAB, além de diversos debates com os principais atores e instituições da bacia, realizados mediante seminários e workshop e contando com a participação de cerca de 4500 pessoas.

A região do Pantanal não se destaca pela oferta ou demanda consuntiva pela água. Seu **destaque está na forte dependência da água**, fato que possibilita manter uma imensa biodiversidade aquática e terrestre. Diversos trabalhos indicam que o mau uso do solo na região do planalto já reflete na planície. Substituição de vegetação nativa por pastagens e culturas anuais (desmatamentos), queimadas, práticas agrícolas indevidas e uso de áreas altamente suscetíveis à erosão propiciam fortemente a desagregação do solo e, conseqüentemente, o assoreamento dos corpos d'água. Estima-se que o aporte de sedimentos que entram na planície é da ordem de 24.195.000 t/ano, sendo que 72% permanecem na planície.

Além dos problemas ambientais provenientes do planalto, tem havido uma forte pressão de desenvolvimento também na região da planície. A mudança de cenários no setor da pecuária regional, com a mudança de propriedade das terras, passando dos pecuaristas para empresários ou grupos empresariais elevou as taxas de desmatamento e de queimadas, sendo que parte das áreas estão sendo utilizadas para atividades agrícolas (plantio de feijão e arroz irrigado).

Portanto, evidencia-se uma crescente demanda de usos para produção e de infra-estrutura que geram pressões sobre a região, que proporciona o uso e a ocupação do solo sem planejamento integrado, executados de forma fragmentada pelas políticas públicas para os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tratando a região hidrográfica de forma distinta e desassociando as relações existentes entre a forma de uso nas regiões de planície e o Planalto. Por sua vez, ações integradas de planejamento vêm sendo empreendidas, buscando apresentar ao debate sobre o desenvolvimento regional propostas que contribuam para minimizar impactos sobre o Pantanal e valorizem os relevantes serviços ambientais prestados por esse ecossistema à sociedade, à natureza e ao desenvolvimento econômico.

Contexto e justificativas:

O Plano Nacional de Recursos Hídricos, considerando o que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos, considera que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação da Política e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Em algumas ocasiões há de se adotar outro recorte, haja vista a peculiaridade de determinadas ocorrências diferenciadas que, exatamente por isso, denominam-se, no PNRH, “Situações Especiais de Planejamento”, tais como biomas, interligação de bacias, áreas frágeis, eixos de desenvolvimento. O Pantanal matogossense uma dessas situações, juntamente com a zona costeira, a região amazônica e o semi-árido brasileiro. Essas regiões, por suas particularidades e conforme definição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, são contempladas com Programas específicos do Plano Nacional de Recursos Hídricos, tendo sido definido, para o caso específico, um programa de conservação das águas do Pantanal.

Dentre 64 macrodiretrizes definidas no Plano Nacional de Recursos Hídricos, agrupadas em cinco conjuntos, duas delas, constantes do quarto conjunto, contemplam uma perspectiva espacial, definindo unidades geográficas onde os limites não necessariamente coincidem com o de uma bacia hidrográfica, que demandam, portanto, ações e atividades ajustadas à natureza e tipologia de problemas regionais que se mostram bastante característicos, exigindo, por essa razão, que linhas de atuação dos programas e subprogramas já propostos nessas áreas venham a sofrer uma especialização determinada por realidades específicas. Cabe mencionar que as áreas geográficas selecionadas reúnem forte apelo simbólico concernente às temáticas ambiental e de recursos hídricos. As macrodiretrizes que orientam a estruturação dos programas regionais do PNRH são:

1 - detalhar, oportunamente, os programas regionais em termos do ordenamento das ações e atividades necessárias a cada unidade de intervenção, contemplando: (a) modelos institucionais de gestão apropriados à natureza dos problemas a enfrentar; (b) ênfases e prioridades na implantação de instrumentos de gestão de recursos hídricos, próprios a cada região; e, (c) intervenções físicas estruturais de cunho regional, destinadas à recuperação das disponibilidades hídricas, em quantidade e qualidade, e à sua conservação e aproveitamento de forma ambientalmente sustentável;

2 - considerar que as unidades geográficas prioritárias para fins de estruturação de programas regionais são: (i) aquíferos estratégicos; (ii) zonas costeiras; (iii) Amazônia; (iv) Pantanal; e, (v) Semi-árido brasileiro.

Conceitos e Diretrizes:

Consideradas as macrodiretrizes do PNRH, o Programa XI – Conservação das Águas no Pantanal, em especial suas áreas úmidas, estrutura-se por meio da leitura do reflexo de ações previstas nos programas e subprogramas I ao VIII de forma especializada no contexto regional, determinado pelas realidades particulares ali presentes.

Assim, a diretriz principal para a implementação do Programa XI será a especialização da implementação dos Programas I ao VIII sobre a região foco, **com ênfase no modelo institucional de gestão de recursos hídricos e na implementação dos instrumentos de gestão.**

Objetivo geral e objetivos específicos:**Objetivo Geral:**

Desenvolver modelo de gestão de recursos hídricos, adequado às peculiaridades regionais, e implementá-lo mediante o fortalecimento institucional dos estados, com vistas a contribuir para a manutenção dos ecossistemas aquáticos no Pantanal, em harmonia com os demais usos atuais e futuros da água e dos solos.

Objetivos Específicos:

Implementar modelos e estruturas de gestão de recursos hídricos nos estados, adequados às peculiaridades regionais, que possibilitem, dentre outros aspectos:

- contribuir para melhoria da qualidade dos recursos hídricos no Pantanal, por meio de ações que garantam o controle da poluição pontual e difusa na região;
- contribuir para assegurar a ocorrência dos pulsos de inundação no Pantanal, com a menor variação possível;
- propor medidas que evitem a desagregação do solo na região do planalto (erosão), minimizando a deposição de sedimentos na planície e o consequente assoreamentos dos corpos d'água e contaminação por agro-químicos.

Ações realizadas e em curso:

- Levantamento do quadro institucional e das políticas, planos, programas com repercussões sobre a região foco do Programa (ações em curso conduzidas pela Agência Nacional de Águas, Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e órgãos gestores estaduais de recursos hídricos na região);
- Articulação com os estados para implementação e fortalecimento dos sistemas estaduais;
- Informes a respeito das ações realizadas no âmbito da implementação dos Programas I ao VIII, na área de abrangência do Programa, especialmente aquelas relacionadas com o fortalecimento institucional e com a implementação dos instrumentos de gestão.
- Aguardando manifestação do GEF quanto à continuidade do Projeto.

Área de Abrangência e Beneficiários:

A área de abrangência é o Pantanal Matogrossense, cujo território é partilhado pelos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Preços e fontes de recursos:

A priori, os recursos são oriundos do Proágua Nacional ou Interáguas.

Executores e Intervenientes

ANA e SRHU/MMA como executores. Órgãos Gestores Estaduais, demais entes do SINGREH e organismos atuantes na região, com temática relacionada aos recursos hídricos, como intervenientes.